



III ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGeo

“A geografia presencial em retomada: diálogos e debates”

09 a 13 de agosto de 2022 – Três Lagoas/MS

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL E A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PERIFÉRICO

Higor Cirilo da Costa

- (X) Resumo expandido
- () Projeto de pesquisa
- () Relato de experiência

EIXO TEMÁTICO

- () Dinâmica Ambiental e Planejamento
- (X) Dinâmicas Territoriais na Cidade e no Campo
- () Ensino de Geografia, Educação Ambiental e Práticas Pedagógicas

1) INTRODUÇÃO (JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS)

A generalização do modo de produção capitalista tem como pressuposto e produto uma geografia própria, que está submetida à lei geral de acumulação capitalista. Muitas são as contribuições que buscam nos mecanismos de funcionamento desse modo produção as explicações às profundas disparidades socioespaciais, políticas e econômicas expressadas nas mais diversas escalas. Para tanto, partiremos de compreensão da Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual (TGDD) e da Teoria Marxista da Dependência (TMD) para discutir a produção das desigualdades socioespaciais.

Na busca da compressão dessa geografia que capitalismo produz, que Neil Smith e David Harvey elaboram a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual, que tem a capacidade de desvelar processos e formas decorrentes dos impactos espaciais da acumulação capitalista. Para estes autores, a padrão do espaço produzido pelo capitalismo é do desenvolvimento desigual.

A Teoria Marxista da Dependência busca compreender os padrões específicos do desenvolvimento capitalista nos países dependentes e este pode ser entendido com a subordinação de nações formalmente independentes aos centros de poder do mercado mundial, localizados nos países do capitalismo central. Esta abordagem identifica nas características que essas nações adquirem mecanismos que são fundamentais para a reprodução capitalista, em caráter global. Assim, a dependência antes de ser um sintoma nessas formações socioespaciais, são parte da estrutura do modo de produção capitalista.

O objetivo, portanto, é a clivagem de ambas as teorias, cujos resultados são promissores para a compreensão dos padrões de desigualdade socioespaciais que são visualizáveis no Brasil. Para os geógrafos anglo-americanos, Smith e Harvey, e para os dependentistas, a divisão internacional



III ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGeo

“A geografia presencial em retomada: diálogos e debates”
09 a 13 de agosto de 2022 – Três Lagoas/MS

do trabalho é um elemento fundamental para compreender as desigualdades entre as nações, assim, a diferenciação geográfica, na escala global, parte dessa divisão, que se assenta num processo integrado de exploração diferencial de trabalho. Nesses marcos, a dependência define a América Latina como uma região diferenciada, na escala global. Na escala urbana, podemos identificar uma conexão interessante entre a TDGD e a TMD, pautada pela categoria de superexploração em sintonia com o movimento “em vaivém” do capital.

Assim, apresenta-se pontos fundamentais da intersecção e de divergência entre estas teorias, uma versão mais completa desse texto foi produzida para compor parte da dissertação¹ deste acadêmico.

2) METODOLOGIA

Conceituou-se a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual e a Teoria Marxista da Dependência a partir da documentação indireta, que teve por objetivo levantar dados de variadas fontes, sobretudo fontes secundárias. Os conceitos de cada teoria foram comparados. Tal escolha fez-se necessária para elaborar uma revisão do marco teórico que permeia ambas as teorias, que facilita a leitura dos pontos convergentes entre estas. Tal escolha, também se mostra uma base para futuros desenvolvimentos da pesquisa.

Assim, os resultados aqui expostos são fruto de uma pesquisa bibliográfica, em publicações diversas. Foi realizada uma discussão a partir da bibliografia disponibilizada publicamente, permitindo uma melhor precisão na formulação teórica, possibilitando também a exploração de novos elementos indicados pelas teorias.

Foi realizado, de início, o levantamento bibliográfico (identificação, localização e compilação de publicações) e na sequência foi realizado o fichamento, análise e interpretação das obras. O que se apresenta aqui é uma síntese da pesquisa.

3) REFERENCIAL TEÓRICO

A Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual, tem como seus principais formuladores Neil Smith (1988) e David Harvey (2011). Para o primeiro, a compreensão desta tem início na Teoria do Imperialismo, de Vladimir Lenin. Em Smith (1988) essa teoria tem como marco fundamental as tendências contraditórias de diferenciação e igualização que determinam a produção capitalista do espaço. Para o autor, essas tendências são visualizáveis em todas as escalas, mas ele privilegia esta análise na escala do Estado-nação, urbana e na global. Harvey (2011) compreende esta teoria como a fusão da produção da diferenciação geográfica e a da produção de escalas. Para este autor, o padrão de desenvolvimento geográfico desigual articula legados histórico-geográficos e forças que ocorrem no tempo presente. Em obra mais recente, Harvey (2021) elenca a necessidade de se compreender esta teoria em quatro dimensões, que não são abordadas com profundidade neste trabalho: a inserção material no tecido da vida socioecológica dos processos de acumulação de capital; a

¹ Defesa prevista para março de 2024.



III ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGeo

“A geografia presencial em retomada: diálogos e debates”

09 a 13 de agosto de 2022 – Três Lagoas/MS

acumulação por despossessão, o caráter de “lei econômica” da acumulação de capital no espaço e no tempo e; as lutas políticas, sociais e de classes em uma multiplicidade de escalas geográficas.

O desenvolvimento desigual é a expressão, no espaço, das contradições do capital, tendo em vista que enquanto o valor de uso tem certa fixidez, o valor de troca flui nas direções em que a taxa de lucro é maior, esta é, portanto, uma tradução das tendências para diferenciação e para igualização. É fruto tanto da diferenciação e igualização, tanto como do vaivém do capital (SMITH, 1988). A teoria do desenvolvimento geográfico desigual nos fornece padrões e tendências sistêmicas do desenvolvimento capitalistas, e atualmente ele “pode ser descrito como as consequências geográficas desiguais da forma neoliberal de globalização” (HARVEY, 2011, p. 115). Assim,

O desenvolvimento desigual é tanto produto quanto premissa do desenvolvimento capitalista. Como produto, o padrão é altamente visível na paisagem, tal como a diferença entre espaços desenvolvidos e subdesenvolvidos em diferentes escalas: o mundo desenvolvido e subdesenvolvido, as regiões desenvolvidas e as regiões em declínio, os subúrbios e o centro da cidade (SMITH, 1988, p. 221).

Esta não é a descrição histórica desse processo, mas a busca de identificar padrões e tendências. O desenvolvimento geográfico desigual não se trata apenas de desnível entre regiões mais desenvolvidas e menos desenvolvidas, mas sobre o produto sistemático de desenvolvimento anterior e, uma premissa para o desenvolvimento futuro. A existência de países, regiões e zonas urbanas em que as pessoas vivem na precariedade, não é aleatória, mas é a promessa de locais com alta taxa de lucratividade em algum momento do tempo histórico.

A Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual nos fornece aportes fundamentais quanto ao modo de funcionamento do desenvolvimento capitalista e suas tendências, entretanto, há nítidas limitações, às quais busca-se a superação matizando alguns destes conceitos, com as formulações dos dependentistas, que na segunda metade do século XX, produziram um conhecimento genuinamente latino-americano.

A Teoria Marxista da Dependência tem como principais expositores, os intelectuais brasileiros Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos. Esta teoria revisa o conceito de subdesenvolvimento, nos termos do debate proposto pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), combinando com algumas particularidades da região, buscando a compreensão da reprodução econômica dependente e a inserção internacional da região.

Assim, a dependência não é entendida como um mero sintoma, mas como parte da estrutura do sistema capitalista e é por meio dela que a América Latina é inserida globalmente no capitalismo. A dependência pode ser compreendida como o nexos constitutivo do desenvolvimento desigual na região, sendo para tanto, contraditório. É uma mediação fundamental no sistema-mundo. Como não poderia deixar de ser, discute o local da divisão internacional do trabalho ao qual a América Latina faz parte.



III ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGeo

“A geografia presencial em retomada: diálogos e debates”

09 a 13 de agosto de 2022 – Três Lagoas/MS

Um dos elementos diferenciais de inserção da América Latina na economia mundial são as trocas desiguais, que marca todo o intercâmbio destes países com os países do capitalismo central. Marini (2000) compreende que os produtos industriais (principais bens produzidos pelos países centrais do capitalismo) mantém-se com o preço relativamente estáveis ao longo do tempo e em caso de declínio, ele é lento, já os bens primários, principais produtos fornecidos pela América Latina ao mercado mundial, sofrem uma depreciação acentuada, ao longo do tempo. Assim, a troca desigual demonstra um mecanismo de transferência de valor dos países dependentes aos países centrais. Para compensar essas perdas, as burguesias nacionais latino-americanas, recorrem a uma maior exploração do trabalhador.

Devido à troca desigual, como um mecanismo compensatório das perdas nos intercâmbios internacionais, as burguesias da região recorrem ao que Marini (2000) chama de superexploração do trabalho. Os trabalhadores da região, para o autor, estão expostos à intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho, que seria utilizado para repor sua força de trabalho. As implicações na reprodução dos trabalhadores são muitas, mas destacamos que através da superexploração, as burguesias se apropriam do fundo de consumo dos trabalhadores, convertendo-o em “fundo de acumulação de capital” (MARINI, 2000, p. 124).

Um dos efeitos desse processo nas cidades brasileiras é que os trabalhadores têm de recorrer à autoconstrução para sua provisão habitacional, já que seus salários não são suficientes para que acessem o mercado formal de habitação.

Jaime Osório (2014) destaca ainda que os Estados são fundamentais para a reprodução da economia dependente. Estes, tem soberania restringida (ou fraca), pois são submetidos aos centros de poder do mercado mundial, localizados nos países centrais do capitalismo e poder político forte, para controlar os trabalhadores, garantindo um mercado de trabalho explorável pelos capitais que migram para a região.

4) RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ambas as teorias concordam com a importância da divisão internacional do trabalho na diferenciação geográfica e na produção das desigualdades entre as nações, ainda que adotem abordagens pontualmente distintas. Para os intelectuais da Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual, a diferenciação do valor da força do trabalho, ocorreria num cenário de igualização das condições de produção, incluído aí a exploração do trabalho. Ponderamos, com a Teoria Marxista da Dependência de que devido à troca desigual, as burguesias dos países dependentes recorrem a formas ainda mais severas de exploração, explicitadas pela categoria de superexploração do trabalho. Nesses marcos, ainda que se mantenham “igualizadas” outras condições de produção capitalista, na América Latina nota-se uma prevalência da extração da mais-valia absoluta, que sustenta a extração de mais-valia relativa nos países do centro. É um processo desigual e combinado. Assim, a diferenciação geográfica na escala global tem como origem a divisão internacional do trabalho, que se assenta sobre um processo integrado de exploração diferencial dos trabalhadores.



III ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGEO

“A geografia presencial em retomada: diálogos e debates”

09 a 13 de agosto de 2022 – Três Lagoas/MS

Ainda que Smith (1988) não discorra acerca região enquanto uma escala de diferenciação e igualização geográficas, aludimos à Harvey (2011) na compreensão de que as escalas são produzidas. A dependência define a América Latina como uma região diferenciada, da escala global, com países subordinados aos centros de poder do mercado mundial, sendo fundamentais para a reprodução capitalista, de modo que a dependência é pressuposto e produto dessa reprodução.

Para os dependentistas, a região fornece um lugar privilegiado para receber capitais oriundos dos países do capitalismo avançado, quando estes estão em declínio. Estes capitais ganham com a possibilidade de aumentar a exploração dos trabalhadores na periferia, ao passo que barateiam a provisão de alimentos e das matérias-primas para as indústrias das metrópoles. Encontramos aqui um “vaivém” do capital descrito por Neil Smith (1988), de modo que o capital migra para locais com maiores taxas de lucro, encontrando na América Latina terreno fértil para exploração máxima dos trabalhadores. Mas, diferentemente do que Smith (1988) afirma, de que o capital desenvolveria as regiões para onde aflui, o resultado é o inverso, aumenta o subdesenvolvimento.

O Estado latino-americano é, portanto, fundamental para a manutenção da dependência, cuja soberania é subordinada aos países do capitalismo central. Mantém ainda a função primordial de controle da força de trabalho, através de uma política repressiva e por vezes autoritárias. São estruturas fundamentais para garantir a imobilidade da força de trabalho, cujo resultado último é manutenção das altas taxas de exploração na periferia, em que o rebaixamento dos salários é um elemento visualizável. As diferenciações internas nos países latino-americanos precisavam ser compreendidas nos marcos do caráter amalgamado entre os setores atrasados e avançados da economia, nos termos citados por Theotonio do Santos e Andre Gunder Frank. A divisão dos capitais em setores, é compreendida por Smith (1988) como um elemento diferenciador internamente nos países, para além da própria divisão do trabalho à nível de capitais individuais.

Analisar as semelhanças entre a TDGD e TMD na escala urbana é definitivamente mais complexo, sobretudo porque não foi objetivo dos dependentistas compreender a produção do espaço urbano decorrente das condições de dependência. Entretanto, quando friccionamos ambas as teorias, temos uma pista, que tem como eixo central a categoria de superexploração, de Marini. Para Neil Smith (1988) é o sistema de renda do solo que nivela o espaço urbano em torno de um mesmo mecanismo e a partir disso os diferencia. Os investimentos em desenvolvimento urbano, realizados pelo Estado, sob “pressão” do capital financeiro-imobiliário, interferem no sistema da renda do solo. Num esquema muito simplório, podemos apontar que as maiores rendas se encontram nos centros ou nas áreas de concentração das classes altas (para usar o termo de Villaça (2001)). Aos trabalhadores, cuja superexploração do trabalho corrói seu fundo de consumo, restam as áreas com menores rendas do solo, aquelas que são “subdesenvolvidas” no movimento em “vaivém” do capital, para usar os termos de Neil Smith. Assim, a existência (e permanência) de amplas porções do espaço urbano fruto da autoconstrução são resultado da superexploração do trabalho.



III ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGeo

“A geografia presencial em retomada: diálogos e debates”

09 a 13 de agosto de 2022 – Três Lagoas/MS

O esquema da diferenciação do espaço urbano ainda é provisório, de modo que buscaremos maiores explicações para as desigualdades socioespaciais aprofundando a análise sobre a formação socioespacial brasileira. Tal formação, como não poderia deixar de ser, é fruto do capitalismo dependente, ainda que possua particularidades.

A clivagem entre a TGDG e a TMD fornece elementos fundamentais para a compressão da produção das desigualdades em todas as escalas e ainda facilita compreender como as diferenciações geográficas apresentadas pela América Latina são parte integrantes da estrutura do modo de produção capitalista, sendo fundamentais para sua reprodução. Esta empreitada apresenta diversos caminhos de continuidade, a maioria dos quais não serão seguidos, neste momento, por conta dos objetivos específicos deste trabalho, mas que podem produzir compreensões fundamentais para se compreender a geografia do capitalismo no século XXI.

5) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HARVEY, D. **Espacios del capitalismo global**: hacia una teoría del desarrollo geográfico desigual. Trad.: Juanmari Madariaga. [S. l.]: Akal, 2021. (Cuestiones de antagonismo, 120).

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. Trad.: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: SADER, E. (org.). **Dialética da dependência**. Petrópolis; Buenos Aires: Vozes; CLACSO, 2000.

OSÓRIO, J. **O Estado no centro da Mundialização**: A sociedade civil e o tema do poder. Trad.: Fernando Correa Prado. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Trad.: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.